



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NOS  
PROCESSOS DE DECISÃO**

**Belo Horizonte**

**2011**

**ANDRÉIA TEOBALDO DE MAGALHÃES**

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NOS  
PROCESSOS DE DECISÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Paula Elizabeth Nogueira Sales

**Belo Horizonte**

**2011**

ANDRÉIA TEOBALDO DE MAGALHÃES

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE DECISÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Paula Elizabeth Nogueira Sales (orientadora) – UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosimar de Fátima Oliveira – UFMG

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a todos que me incentivaram, me apoiaram e ajudaram nesta caminhada até aqui e ao meu filho Mateus, fonte de minha inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional.

Ao meu marido Wasllen, à Rose, Valéria e Graça pelo apoio e incentivo.

Aos colegas de curso, pela troca de experiência, aos professores, pelos conhecimentos adquiridos.

“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes.”

Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho discute a atuação da gestão escolar democrática e a participação nos processos de decisão, considerando-a como uma maneira de contribuir para a qualidade da educação. Pressupõe que, em uma sociedade democrática, a gestão das instituições escolares deve ser participativa, envolvendo todos os atores integrantes da ação educativa nos processos de decisão da escola. O contexto da pesquisa é a Escola Municipal Messias Pinto Alves, localizada na cidade de Lagoa Santa – MG. O período analisado é o segundo semestre de 2010, início do mandato da atual gestão, da qual faço parte, que começou com a posse das diretoras eleitas em julho deste ano. O objetivo deste trabalho é descrever e analisar as peculiaridades dos processos de decisão nesta gestão. Para tanto, serão abordados, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, temas integrantes do Projeto Político Pedagógico da escola, tais como: gestão democrática e participativa, Conselhos de Classe e atuação do Colegiado Escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática e participativa; Processos de decisão; Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	09
3. A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES .....	11
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	13
REFERÊNCIAS .....	15
ANEXO – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Messias Pinto Alves.....	16

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a atuação da gestão escolar democrática e a participação de diferentes atores sociais nos processos de decisão da escola. Considera-se fundamental a inserção de instrumentos de participação para a consolidação de ações democráticas, de modo a contribuir para a qualidade da educação.

Entre esses instrumentos, ressaltam-se a escolha dos gestores escolares pela comunidade escolar e a implantação do conselho escolar, espaço que deve reunir comunidade escolar e local, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola.

Na liderança democrática, há incentivo à participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade, fazendo com que se comprometam com a construção do Projeto Político Pedagógico e atuem nos processos de decisão, de forma a contribuir para enfrentar os desafios que se fazem presentes no dia-a-dia da escola. Desse modo, a educação contemporânea na escola pública deve ser baseada nos princípios de participação, solidariedade e democracia, consolidando as relações entre escola, família e comunidade.

Assim, o PPP é uma importante ferramenta para a constituição da democracia social, que permite discussões entre diferentes sujeitos escolares (estudantes, pais, gestores, coordenadores, docentes, funcionários) sobre a organização da escola, seus pontos fracos e fortes, seus problemas atuais e possíveis soluções para os mesmos.

A LDB n. 9.394/96 considera, em seu art. 3º, que o ensino público deve ser ministrado com base no princípio da gestão democrática. Além disso, essa Lei estabelece:

Art. 14: Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15: Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

A gestão educacional democrática compõe-se como uma qualidade inerente à atividade pedagógica. As trocas comunicativas entre escola, família e comunidade favorecem a construção de ideais comuns, que podem se concretizar por meio de processos democráticos, envolvendo a busca de uma educação de qualidade. Deve-se intensificar a participação de todos os integrantes da instituição escolar nos processos de decisão e no funcionamento da escola, com vistas a formar uma verdadeira comunidade educativa.

Nessa perspectiva, este trabalho visa descrever e analisar as características dos processos de decisão, que vêm ocorrendo na atual gestão da Escola Municipal Messias Pinto Alves, localizada em Lagoa Santa - MG. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica sobre a área temática em foco e a análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola<sup>1</sup>.

Na seqüência, apresentam-se algumas perspectivas teóricas no campo da gestão democrática e participativa. Em seguida, é abordada a gestão democrático-participativa na Escola Municipal Messias Pinto Alves. Ao final, são tecidas as conclusões da pesquisa realizada.

## **2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

Após a década de 90, com as reformas educativas no Brasil, a gestão democrático-participativa e a descentralização das decisões pedagógicas e administrativas passam a ser incentivada no interior da escola. A partir de então, diferentes formas de gestão escolar vêm sendo experimentadas no país, buscando o aumento da democracia nas instituições de ensino.

A democratização da escola começa na sua essência, criando espaços para que seu corpo docente e discente, funcionários, pais de alunos, etc. possam participar efetivamente do cotidiano escolar. Nesse sentido, a criação dos órgãos colegiados, conselhos escolares, associações de pais e alunos, grêmios estudantis é essencial para a realização desse processo.

---

<sup>1</sup> O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Messias Pinto Alves consta no anexo deste trabalho.

Cabe ressaltar que uma gestão adequada não se concentra exclusivamente nas mãos de uma pessoa, mas abarca toda a comunidade escolar, objetivando a construção da cidadania e a transformação da sociedade. Nessa perspectiva, Azevedo (2010, p. 2) destaca a importância da efetiva “[...] participação nas decisões escolares dos agentes que concretizam a escola como instituição social.”

Nessa linha de pensamento, Oliveira, Moraes e Dourado (2010, p. 4) sustentam que a gestão escolar democrática deve ser compreendida como a efetiva participação dos diversos “[...] segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.”

O diretor escolar cumpre um papel essencial nesse processo, pois ele pode dificultar ou promover a implantação de ações participativas. É a ele que a comunidade escolar leva suas idéias e seus anseios, que devem ser recebidos com atenção e receptividade, tornando a escola um lugar propício ao diálogo. A parceria entre o gestor e os demais integrantes da comunidade escolar é fundamental para reunir esforços para lidar com as dificuldades diárias e alcançar objetivos comuns. Sobre a atuação do gestor escolar, Wittmann (2010, p. 1-2) afirma:

[...] o gestor da escola defronta-se com novas demandas, oriundas da evolução da sociedade e da base material das relações sociais. Neste contexto, a educação e sua administração, como origem e destino da relação entre teoria e prática, engendram novas bases teóricas e (re)constróem práticas. Esta renovação teórico-prática da administração educacional enseja demandas para o gestor, tanto para sua atuação quanto para sua formação.

Assim, a autonomia da escola e a democratização de sua gestão acarretam novas demandas para o gestor, que deve desenvolver novas competências, para que exerça seu papel adequadamente na realidade contemporânea. Diante disso, o trabalho do gestor escolar é fundamental para o planejamento e organização dos trabalhos escolares, de modo a estimular a participação co-responsável e comprometida. Contudo, a participação coletiva nos processos de decisão da escola por si só não basta, é preciso pôr em prática seu plano de ação.

Dessa forma, para realizar uma educação pautada em princípios democráticos é extremamente importante que os participantes dos processos de decisão tenham conhecimento do funcionamento da escola e assumam sua cota de

responsabilidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico. A respeito da importância do PPP, Oliveira (2010, p. 1) enfatiza:

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

Vale ressaltar que a participação coletiva na escola é o resultado de um esforço diário e conseqüência da sensibilização dos indivíduos de suas responsabilidades. Souza enfatiza que a vontade dos atores escolares de se envolverem com os assuntos da escola é de fundamental importância para a construção da gestão democrática da escola (2010, p. 7):

[...] de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares ou mesmo da sociedade em geral, na edificação de espaços para o diálogo, nos quais todos, independente de condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas.

### **3. A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES**

Para a democratização da escola pública, torna-se imperativa uma postura transparente quanto à escolha de dirigentes escolares, que devem ser apontados entre os integrantes da comunidade escolar.

Na Escola Municipal Messias Pinto Alves, a gestão escolar é exercida pelo Diretor, legalmente habilitado e indicado por meio de processo eletivo na comunidade escolar, antecedido de prova escrita. Ele é assessorado pelo colegiado, instância de participação de integrantes das comunidades local e escolar na gestão escolar. A atuação desses sujeitos implica no compartilhamento de responsabilidades, voltadas para o desenvolvimento da educação.

Para Castro (2000), o papel do diretor é marcado pela liderança, sendo permeado pela forma como foi escolhido – seleção/eleição – e pela sua profissionalização, ou seja, a base do conhecimento para o desempenho das atividades administrativas. Quanto à tarefa administrativa, Chiavenato esclarece:

A palavra administração vem do latim *ad* (direção, tendências para) e *minister* (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função abaixo do comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação em seu significado original. A tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação. Assim, a administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos. (CHIAVENATO, 2000, p. 6-7 *apud* OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2010, p. 1).

A escola analisada promove a administração democrático-participativa de várias formas, a exemplo da construção coletiva de seu Projeto Político Pedagógico. Além disso, existem outras instâncias de participação, como o Colegiado Escolar, Conselho de Classe, Colegiado de Diretores e Reuniões de Pais. Dessa forma, são criados meios para que a comunidade escolar possa ter voz nos processos decisórios, responsabilizando-se pela educação escolar e contribuindo, cada qual com sua visão e experiência.

O **Colegiado Escolar** é um órgão representativo da comunidade escolar, composto por representantes dos vários segmentos da escola, eleitos em assembléia geral, a cada dois anos. O Colegiado é responsável por deliberar, acompanhar e avaliar as ações da escola nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Na Escola Municipal Messias Pinto Alves, o Colegiado permite o diálogo e a troca de experiências entre o diretor e os representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, em reuniões mensais ou extraordinárias, para a discussão de assuntos relevantes para o pleno funcionamento da escola. Entre eles, destacam-se a aplicação e prestação de contas dos recursos do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, a participação na construção do PPP e do Regimento da escola.

O **Conselho de Classe** é uma instância coletiva, na qual a equipe pedagógica, diretor e professores discutem acerca do desenvolvimento escolar do aluno, seus desempenhos e avaliações. No Conselho de Classe, o objetivo maior é

encontrar as dificuldades educacionais tanto do aluno, quanto da escola. Nesse processo, busca-se renovar as práticas escolares a partir das reflexões realizadas no Conselho de Classe, em busca de melhores resultados no desempenho dos alunos. As reuniões do Conselho de Classe são agendadas no nosso calendário escolar, acontecendo uma vez a cada bimestre, sendo flexível a mudança de data em decorrência de necessidade da escola.

A escola conta também com reuniões quinzenais, realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, com o **Colegiado de Diretores**, que envolve a participação de diretores de todas as escolas do município. Nessas reuniões, os participantes refletem coletivamente sobre questões das escolas e tomam decisões acerca de várias questões, como problemas enfrentados, participação em eventos, projetos, capacitações, exposições, etc.

As **Reuniões de Pais** são previstas bimestralmente, mas também acontecem em situações extraordinárias, para tratar de assuntos de natureza escolar, tais como eventos na escola, desempenho de alunos, dentre outros. É de suma importância a participação das famílias, que precisam estar cientes do processo educacional dos filhos e estabelecer uma relação de confiança com os profissionais da escola.

Todos esses mecanismos são maneiras de descentralizar a gestão, assegurando à escola autonomia administrativa, pedagógica e financeira, na perspectiva da gestão democrática e participativa. Mas vale lembrar, como propõe Souza (2010), que não adianta promover a criação de conselhos e eleições escolares se não houver, por parte da comunidade escolar e mesmo da sociedade, espaços abertos para a interação e o pluralismo de idéias, onde todos possam expressar suas opiniões, sendo escutados e respeitados.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo realizado sobre a gestão escolar, conclui-se que esta deve favorecer o fortalecimento da democratização da educação através do incentivo à participação coletiva e responsável nos processos de decisão da escola. A democratização exige uma participação verdadeira da sociedade nas ações

educacionais, ou seja, é preciso o envolvimento de diversos integrantes da comunidade escolar e local nas questões pedagógicas e administrativas da escola.

Sendo assim, a gestão escolar democrática deve efetivar espaços de participação nas decisões da escola, assim como a eleição de seus dirigentes e o envolvimento de todos os atores escolares na definição do emprego dos recursos financeiros e na criação do Projeto Político Pedagógico.

Dessa forma, é preciso que o gestor propicie um ambiente agradável e acolhedor, que estimule a participação verdadeira e responsável de todos os membros da comunidade escolar através de ações compartilhadas, que tenham em vista a transformação da escola. Assim, é possível promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos, conscientes e que sejam capazes de reconstruir a sociedade em que vivem.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 29 out. 2010.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. **A Gestão da Escola Básica:** conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. Disponível em: <<http://modle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática:** definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de *et al.* Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão:** novas demandas para o gestor. Disponível em: <<http://modle3.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

**ANEXO – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Messias Pinto Alves**



**ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES**

**ANDRÉIA TEOBALDO DE MAGALHÃES  
ROSEMAIRE GOMES LIMA**

**BELO HORIZONTE, 27 DE AGOSTO DE 2010**

## **ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES**

**TRABALHO ACADÊMICO APRESENTADO À  
DISCIPLINA DE PROJETO VIVENCIAL DO CURSO  
DE FORMAÇÃO DE GESTORES DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. SOB  
ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA MIRIAN QUEIROZ  
DE SOUZA DANIEL.**

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>03</b>
<b>Finalidades da Escola.....</b>	<b>04</b>
<b>Estrutura Organizacional.....</b>	<b>05</b>
<b>Currículo.....</b>	<b>08</b>
<b>Tempos e Espaços Escolares.....</b>	<b>09</b>
<b>Processos de Decisão.....</b>	<b>09</b>
<b>Relações de Trabalho.....</b>	<b>11</b>
<b>Avaliação .....</b>	<b>12</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>16</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>17</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>19</b>

## INTRODUÇÃO

A denominação da Escola Municipal Messias Pinto Alves é homenagem ao Sr. Messias Pinto Alves, grande homem público e benemérito de Lagoa Santa. Foi também farmacêutico e representante político da cidade.

A Educação Infantil foi autorizada pela Resolução S.E. 188 de 29/07/1987, publicada no Diário Oficial de 30/07/1987. O Ensino Fundamental foi autorizado pela portaria nº 06/08 de 07/08/1980 da 1ª Superintendência Regional de Ensino de Belo Horizonte, publicado no D.O de 22/08/1980.

Dados da Mantenedora:

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

Endereço: Rua São João, 290 centro

CEP: 334000-000 Lagoa Santa MG

Telefone: (31) 3689-4707 Tele fax (31) 3689-3733

Dados da Instituição:

Escola Municipal Messias Pinto Alves

Endereço: Rua Firmino Gonçalves, 1580 Palmital

CEP: 33400-000 Lagoa Santa MG

Tel.: (31) 3681-9632/ [emessias@lagoasanta.mg.gov.br](mailto:emessias@lagoasanta.mg.gov.br)

Localização: Zona Urbana

Divisão: Secretaria Municipal de Educação

Data de Criação: 06 de março de 1939

Turnos: Matutino e Vespertino

Nível de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental Série Iniciais

Diretora: Andréia Teobaldo de Magalhães

Vice-Diretora: Rosemaire Gomes Lima

Pedagoga: Gracilda Gomes de Almeida

Total de Alunos: 212

Docentes: 13

Professor Eventual: 01  
Professor de Biblioteca: 01  
Auxiliar de Turma: 02  
Secretário Escolar: 01  
Auxiliar Administrativo: 01  
Servente Escolar: 05  
Zelador: 01  
Vigia: 02

O Projeto Político Pedagógico é ferramenta gerencial utilizada com o propósito de auxiliar a Escola Municipal Messias Pinto Alves a realizar melhor o seu trabalho: focalizando sua energia, assegurando que sua equipe esteja trabalhando para atingir os mesmos objetivos, avaliando e adequando sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

Torna-se autônoma a escola que, primeiro, situa e adapta seu projeto pedagógico à realidade local, incorporando e buscando compreender os valores culturais, as práticas sociais, os costumes e manifestações artísticas de sua comunidade, adquirindo uma identidade. (CHAMUSCA, 2006, P.9)

O PPP é um instrumento de planejamento e gestão que contém a proposta de trabalho da escola e que dá sentido e identidade a toda instituição, unificando as atividades dos diversos segmentos da comunidade escolar, em conformidade com as legislações vigentes. Ele explicita a trajetória do desenvolvimento da escola e o marco que pretende alcançar ao final de seu período de vigência. É elaborado de modo participativo com a comunidade escolar, coordenado pela liderança da escola para o alcance de uma situação desejada de maneira mais eficiente e eficaz com a melhor concentração de esforços e de recursos, entretanto o PPP não lida apenas com decisões futuras e sim, principalmente com o futuro das decisões que são tomadas cotidianamente na escola.

Segundo Veiga (1996; 1998), o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 2010 A 2012

## FINALIDADES DA ESCOLA

A escola tem por finalidade atender o disposto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações vigentes para ministrar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Baseia-se nos princípios da democratização do processo pedagógico, na participação responsável de todos, no compromisso coletivo com resultados educacionais, na autonomia da ação de todos os profissionais da escola na perspectiva interdisciplinar e contextualizada do ensino.

Planejar o desenvolvimento da escola é condição imprescindível para que perspectivas sejam traçadas, estilos de administração sejam aflorados e intervenções responsáveis e conscientes aconteçam. Essa ação de planejar e intervir adequadamente garante sucessos, define desempenhos e responsabilidades, alivia tensões, gera confiança e isso tudo desencadeia a auto-estima, tão necessária para que se goste do que se faz.

Cada vez mais fica evidente a importância de que a escola tenha uma visão definida do que quer e conheça a exata dimensão da distância entre a escola real e a escola ideal, para que se produzam propostas palpáveis, estratégicas e possíveis.

Almejamos uma instituição que prepare e auxilie os educandos na sua formação intelectual, social, afetiva, tornando-os críticos, participativos e polivalentes. Pensando assim, queremos resgatar a credibilidade de nossa escola, através de parcerias com família, com ONGS, clínicas médicas enfim com a sociedade, promovendo atividades interativas entre escolas, conseguindo equipar a escola em termos de expansão do espaço físico, recursos informáticos, tecnológicos e educativos, visando um ensino de qualidade.

Somos uma escola que tem como objetivo possibilitar condições para formação holística do educando de forma participativa, crítica e ética.

O ensino deve ser contextualizado, "lúdico", levando em consideração o social, a realidade de cada indivíduo, garantindo o acesso e permanência dos mesmos na escola, estabelecendo uma articulação com as famílias e comunidade, conscientizando-as da importância de sua cooperação no bom desempenho dos alunos para que os mesmos possam agir na transformação do seu meio.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### ESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:

Dependências	Quantidade
Secretaria	1
Biblioteca	1
Laboratório de Informática	1
Sala de aula	5
Almoxarifado	1
Depósito de material de Limpeza	1
Despensa	1
Refeitório	1
Quadra de esportes coberta	1
Circulações internas	2
Cantina	1
Área de serviço	1
Sanitário dos funcionários	1
Sanitário dos alunos	2

**O Prédio Escolar:** Encontra-se em bom estado. Foi reformado e ampliado no ano de 2005 e com a construção de 02 salas de aula. Conta com quadra coberta para Educação Física e outras atividades como auditórios, Festivais e reuniões e o desenvolvimento das ações propostas pela escola e comunidade em geral.

No ano de 2008, toda a escola recebeu nova pintura foi construído um parquinho.

**Os Móveis:** Os móveis escolares, principalmente cadeiras e carteiras são em número suficiente, porém, algumas carteiras e cadeiras precisam de reposição.

**A Cantina:** Apresenta bom aspecto e higiene. É bem equipada com utensílios domésticos tanto para preparar como acondicionar alimentos. Tem 01 ventilador, 01 fogão industrial, 01 freezer, 01 geladeira, 02 armários, 02 filtros, 01 depósito para acondicionar alimentos e piso até o teto.

**Material Eletrônico:** A escola possui 01 linha telefônica (31 3688-1416) e Internet na Secretaria, e na biblioteca e no Laboratório de informática. Para a escrituração contamos com o auxílio de 02 computadores, 01 impressora matricial, 01 a jato de tinta, 01 multifuncional e 01xérox. Temos 01 aparelho de vídeo cassete, 02 televisores (01=29”;

01=20”, 01 antena parabólica, 01 retroprojektor, 08 ventiladores, 05 micro system, 03 DVD, 01 câmera digital, 01 microscópio. A escola conta também com um laboratório de informática equipado com 18 computadores com acesso à internet banda larga a disposição dos alunos e professores.

**Biblioteca:** A escola dispõe de 01 Biblioteca. O acervo é composto por livros de pesquisas, didáticos, romances, histórias infantis e infanto-juvenis, coleções com CD’s, dicionários, revistas, etc.

Todos os livros estão registrados em catalogo próprio, controlando a entrada e distribuição.

**Salas de Aula:** Todas as 05 salas estão equipadas com carteiras e cadeiras individuais, mesa do professor, 02 armários, quadro branco parede, ventilador de parede, de teto, lixeiras, quadros murais nas paredes para fixação de cartazes, janelas.

**Laboratório de Informática:** Equipado com 18 computadores, conectados a internet. Os computadores estão acomodados em bancadas especiais, feitas de MDF. A sala é protegida com grade de ferro nas janelas e porta.

**Recursos financeiros:** Os recursos financeiros de que a escola dispõe diretamente são oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola e de eventos e festas promovidos pela própria escola.

### **Organização do Trabalho Escolar:**

A administração da *ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES* será exercida pelo Diretor, legalmente habilitado, assessorado pelo Colegiado.

A Diretoria é constituída por um Diretor e um Vice – Diretor, por meio de eleição direta.

O Serviço Pedagógico será constituído pelo trabalho integrado dos Pedagogos - Supervisores Pedagógicos na unidade escolar devidamente habilitados na forma da legislação vigente.

É papel específico do Especialista da Educação articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

A escola fará a divulgação junto à comunidade, durante todo o ano escolar, de dados relevantes referentes ao seu desempenho, afixando-a em lugar de fácil acesso.

A freqüência total será apurada pela Secretaria da Escola.

A Escola adotará providências internas para estimular a freqüência dos alunos em suas atividades para cumprimento da carga horária.

O aluno com menos de 75% (setenta e cinco por cento) de freqüência no final do período letivo, será reclassificado, devendo para isto se submeter a uma avaliação com atividades que irão demonstrar seu grau de desenvolvimento e experiência e sua possível inscrição no Ciclo seguinte, como prevê a lei.

A Escola informará às autoridades competentes - Ministério Público e Conselho Tutelar - a ocorrência de casos de alunos infreqüentes.

## **ESTRUTURA PEDAGÓGICA:**

### **Marco Operativo – Proposta Pedagógica**

A Proposta Pedagógica da Escola Municipal Messias Pinto Alves está fundamentada dentre todas as leis principalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, que cita que as Propostas Pedagógicas das Escolas e os currículos constantes dessas incluirão competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos, previstas pelas finalidades estabelecidas pela lei.

Tomando como ponto de partida a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, este estabelecimento de ensino se propõe a um trabalho baseado nas diferenças individuais e na consideração das peculiaridades de seus educandos, pois se sabe que os alunos desenvolvem capacidades de maneira heterogênea e a educação tem por função principal criar condições para o desenvolvimento integral de todos.

A METODOLOGIA de Ensino da Escola Municipal Messias Pinto Alves toma como base o método eclético e a Pedagogia de Projetos que tem entre seus principais objetivos levar o discente a participar ativamente da realidade escolar e interferir no seu meio, construindo e reconstruindo o conhecimento a partir de conteúdos contextualizados que serão trabalhados de forma crítica, pois só assim os alunos poderão compreender, comprometer-se e envolver-se no contexto histórico, político e social, característicos de um processo ensino-aprendizagem de qualidade, pois “os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais.” ( MENEZES, 2006)

Na Educação Infantil, contamos com:

01 turma de Maternal III, com 18 alunos, 01 professora e 01 auxiliar de turma  
01 turma de Infantil I, com 27 alunos, 01 professora e  
01 turma de Infantil II, com 25 alunos, 01 professora e 01 auxiliar de turma que se reveza entre o Infantil I e II.

Nessa fase, a prática pedagógica deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam pra sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva; conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

**Nas Séries Iniciais: 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, contamos com:**

01 turma de 1º ano, com 24 alunos, e 01 professora  
02 turmas de 2º ano c I, com 27 alunos, 01 professora e  
01 turma de Infantil II, com 25 alunos

Esperamos que os alunos possam nessa fase:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civil e social, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.

## CURRÍCULO

O currículo do Ensino Fundamental terá uma base nacional comum, a ser completada com uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

As reflexões e discussões sobre o currículo não podem deixar de recorrer aos documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as diversas Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Propostas Curriculares Estaduais e Municipais. São nesses documentos que se encontram os subsídios e sugestões sistematizadas para o trabalho pedagógico escolar. (MOREIRA, 2002).

O Ensino Fundamental tem por finalidade a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente. Conforme (Souza Santos 2000), *a intenção não é a busca da alternativa, mas a divulgação de alternativas que se fazem viáveis em determinados espaços e em determinados momentos históricos, para que se promovam inteligibilidades e cumplicidades recíprocas.*

A **ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES** oferecerá Educação Infantil (Maternal III, Infantil I e Infantil II) e Ensino Fundamental séries iniciais (1º ao 5º ano).

A Educação Infantil constitui direito inalienável da criança de zero a seis anos, dever do Estado e dos Municípios.

O ensino fundamental com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais, do 1º ao 5º.

## **TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A Escola Municipal Messias Pinto Alves funciona em dois turnos diurnos, oferecendo uma carga horária de 800 horas/aulas ministradas em duzentos dias letivos.

Tem seu tempo escolar regido por calendário oriundo da Metropolitana C. O calendário escolar divide-se em dois semestres, com quatro bimestres. Conta com alguns dias escolares, conselhos de classe, reuniões pedagógicas e dias letivos que acontecem aos sábados. Há alguns dias escolares reservados no início do ano para o planejamento anual dos professores.

Tanto o Calendário Escolar quanto o Plano Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental são encaminhados pela Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C, após sua aprovação, para a Secretaria Municipal de Educação e essa os distribui para todas as escolas da rede municipal de ensino. O plano curricular do ensino fundamental tem sua base nacional comum e parte diversificada divididos em vinte e cinco módulos semanais de cinquenta minutos cada, sendo o módulo da aula de literatura de quarenta minutos. O plano curricular da educação infantil divide-se em quarenta módulos semanais de meia hora cada.

As reuniões de pais são agendadas ao final de cada bimestre, podendo acontecer em caráter extraordinário. A pedagoga faz atendimento aos pais em dias e horários agendados para solucionar problemas referentes aos alunos.

As reuniões do colegiado escolar acontecem ordinariamente a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário.

Como em toda rede de ensino acontece recesso de quinze dias na segunda quinzena de julho e ao final de dezembro. As férias dos educadores e alunos ocorrem no mês de janeiro.

O turno matutino tem seu início no horário de 7:15 e término às 11:45h, sendo o recreio de 9:45 às 10:05h e o turno vespertino tem início às 12:20 e termina às 16:50h, com recreio de 14:40 às 15:00h.

Considera-se dia letivo aquele em que comparecerem mais da metade dos professores e alunos, em situação de atividades escolares.

Segundo CAVALIERE, o tempo é um elemento fundamental para a compreensão não apenas dos processos civilizatórios, num sentido mais amplo, mas também dos processos de criação, acumulação e distribuição de riquezas materiais e simbólicas nas sociedades.

## **PROCESSOS DE DECISÃO**

A escola está subordinada à Secretaria Municipal da Educação que desenvolve, implementa e zela pelas políticas de educação do município, promovendo e apoiando programas e eventos difusores da educação. Também propões métodos e técnicas capazes de fazer da educação um processo atraente e acessível para todas as faixas da população.

A Secretaria Municipal de Educação realiza reuniões quinzenais com o colegiado de diretores de suas escolas, para deliberar sobre assuntos referentes às questões educacionais do município.

A Secretaria Municipal de Educação em função da gestão democrática e participativa instituiu o processo de escolha do diretor e vice-diretor das escolas Municipais de Lagoa Santa, através de eleição direta, com participação da comunidade escolar. Os dirigentes eleitos tem seu período de mandato por três anos podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo.

A escola conta com o colegiado escolar, órgão representativo da comunidade com função deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira. O colegiado escolar é composto por representantes dos profissionais em exercício na escola e por pais ou responsáveis por alunos regularmente matriculados e freqüentes. Os membros do colegiado escolar são indicados pela comunidade por meio de processo de eleição, com mandato de dois anos. As decisões do colegiado, sobre as questões pedagógicas administrativas e financeiras são tomadas pela maioria dos membros presentes tendo seu registro em ata.

Possui uma caixa escolar sem fins lucrativos para aquisição de material permanente e de consumo que se fizer estritamente indispensável. São órgãos administrativos e deliberativos da caixa escolar: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal, com membros eleitos entre os representantes de funcionários, bem como pais de alunos ou seus responsáveis, por período de dois anos. A caixa escolar deliberar a aplicação dos recursos do PDDE e sua prestação de contas. A Assembléia Geral se reúne ordinariamente, no mês de março de cada ano e extraordinariamente quando necessário.

O Conselho de Classe é constituído pela Diretora, vice-diretora, professores e pedagogo, sendo um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, baseado no Projeto Político Pedagógico da Escola, e no regimento escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, buscando garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

O Conselho de classe constituiu-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem.

A escola conta com:

Diretora: Andréia Teobaldo de Magalhães

Vice- diretora: Rosemaire Gomes Lima

O diretor, dentre outras coisas, é o articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola. A diretora e vice-diretora devem zelar pelas dimensões pedagógica, administrativa, financeira da escola, exercendo uma gestão democrática e participativa objetivando a aprendizagem e formação da cidadania dos educandos.

A equipe pedagógica é composta por:

Gracilda Gomes de Almeida: pedagoga - matutino/vespertino

Professoras turno da manhã:

Débora Aparecida da Silva

Margarida Maria Cecílio da Silva

Maria Clara Lopes Vieira

Rosemaire Gomes Lima

Rita de Cássia Camelo da Silveira

Eliene Conceição Oliveira Souza: eventual

Lila Regina Gonçalves de Bastos: biblioteca

Professoras do turno da tarde:

Luciene Batista de Souza

Margareth Rodrigues Dias de Bastos

Maria Aparecida Ribeiro Filha

Marta Eremita da Silva

Nelma Adriana Fernandes Rosa

Vilma Barbosa de Oliveira

A equipe pedagógica tem como objetivo Coordenar o trabalho pedagógico na escola e auxiliar a direção visando sempre melhorias no processo ensino e aprendizagem.

O quadro administrativo é composto por:

Valéria Eduardo de Jesus: secretária – matutino.

A Secretaria é o setor que tem a seu encargo todo o serviço de escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento. Os serviços da Secretaria são coordenados e supervisionados pela Direção, ficando a ela subordinados.

Márcia Gonçalves da Silva – Servente escolar matutino

Marly da Silva Freitas - Servente escolar matutino

Wiliam Antero da Silva – Zelador matutino

Silvania Felix de Almeida - Servente escolar matutino

Doralice marques dos Santos - Servente escolar vespertino

Varlete Rodrigues da Silva - Servente escolar vespertino

Helio dos Santos Rodrigues – vigia noturno

Warley Gonçalves Moura – vigia noturno

Os serventes escolares, vigias e o zelador têm a seu encargo o serviço de manutenção, preservação, infra-estrutura, segurança e merenda escolar do estabelecimento de ensino, sendo coordenado e supervisionado pela Direção.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO**

As relações de trabalho, no interior da escola, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição aos princípios da divisão do trabalho e do controle hierárquico. Por isso, todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. A reformulação das relações de trabalho, com a reflexão coletiva, favorece o diálogo e a comunicação entre os diversos segmentos envolvidos com o processo educativo.

Com a criação do Colegiado Escolar e Conselho de Classe em nossa escola, possibilitou-se ampliar o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais de alunos na tomada de decisão coletiva a cerca dos problemas da

escola, apontando solução para os mesmos. Também as reuniões de pais e seus atendimentos agendados colaboraram para fortalecer o vínculo família x escola.

Estas relações de trabalho são constantemente revistas através de reuniões periódicas previstas em calendário, e extraordinariamente convocadas pela Direção da escola, sempre que necessário.

O Estatuto dos Servidores Públicos do município de Lagoa Santa, assim como o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos regulam as questões essenciais no que tange aos funcionários.

A elaboração do Regimento Escolar incentiva formas dialógicas como meio de superação de tensões e conflitos, assim como as normas disciplinares internas e o Estatuto da Criança e do Adolescente promovem meios para regular as relações no ambiente escolar.

Diante de situações de conflito no interior da escola, após esgotadas todas as possibilidades e observadas as legislações vigentes, serão encaminhadas para órgãos competentes, de acordo com o caso, como a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Tutelar ou Ministério Público.

Buscando melhorar as relações interpessoais, devemos inicialmente compreender que cada indivíduo tem sua complexidade e personalidade própria, que é construída ao longo de sua vida.

Segundo Paro (1999), o caráter mediador da administração manifesta-se de forma peculiar na gestão educacional, porque aí os fins a serem realizados relacionam-se à emancipação cultural de sujeitos históricos, para os quais a apreensão do saber se apresenta como elemento decisivo na construção de sua cidadania.

## AVALIAÇÃO

A avaliação consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação a indicadores de desempenho, definidos pela escola, em sua proposta pedagógica.

A avaliação dos alunos deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com objetivo de identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação do rendimento escolar constituirá para:

**I- o professor:** processo para acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno e para verificar a eficácia do trabalho docente;

**II- o aluno:** momento da aprendizagem que propicia a tomada de consciência dos progressos e dificuldades;

**III- os pais:** informação sobre os processos vividos pelos filhos, na escola, sensibilizando a família para o trabalho educativo em conjunto.

A avaliação do desempenho do aluno deverá ser contínua e cumulativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os das eventuais provas finais e possibilitará:

- I- a adequação do currículo ou a necessidade de sua reformulação;
- II- a validade dos recursos didáticos atualizados;
- III- o ajustamento psicossocial do aluno;
- IV- que sejam considerados os aspectos a serem reformulados no planejamento escolar, no início do ano;
- V- a necessidade de se adotarem medidas de recuperação;
- VI- a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- VII- a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizagem;
- VIII- os estudos de recuperação;
- IX- a análise do desempenho efetivo do aluno em cada disciplina, em conformidade com os objetivos indicados e registrados pelo professor para promoção às etapas subseqüentes;
- X- o registro de dados na escrituração escolar, conforme a legislação vigente.

A avaliação deverá ser entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que visem a formação integral do aluno.

No início do ano letivo far-se-á diagnose da aprendizagem cujos resultados servirão para verificar os aspectos programáticos já vencidos e planejar a continuidade do programa.

A avaliação, como parte do processo de aprendizagem, além da dimensão cognitiva, deve incorporar várias dimensões, como a cultural, social, biológica e afetiva que farão parte do processo de construção do indivíduo crítico e participativo.

O diagnóstico da aprendizagem será feito no início do ano letivo para verificar o aspecto cognitivo já vencido e possibilitar a continuidade do desempenho do programa.

Deverão participar da avaliação, todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Na hipótese de transferência dever-se-á registrar na ficha individual ou histórico escolar do aluno, dados que informem seu nível de aprendizagem e aproveitamento.

Na avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno serão utilizados instrumentos diversos:

- I- escritos e orais;
- II- trabalhos e provas;

**III-** pesquisas e observações realizados individualmente, em duplas ou em grupos.

Os conceitos devem ser registrados nos documentos escolares, constituindo uma referência para o aluno, perdendo o caráter de elemento definidor da vida do aluno, mas o registro do processo de construção do conhecimento do aluno.

Serão utilizados para registro dos resultados das avaliações os seguintes conceitos:

**I-A-** Alcançou suficientemente os objetivos do estudo,

**II-B-** Alcançou parcialmente os objetivos de estudo,

**III-C-** Com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de estudo.

**IV – D -** Não conseguiu alcançar os objetivos de estudo.

## PROMOÇÃO

Os alunos deverão ser avaliados ao longo do processo, com apresentação periódica de resultados, de modo a permitir, ao final de cada trimestre, a apreciação do seu desempenho pelo Conselho de Classe.

Com base na avaliação realizada, ao longo de todas as etapas do ano o Conselho de Classe deverá recomendar promoção ao ano seguinte para os alunos que tenham alcançado o nível de aprendizagem exigido.

O aluno que no final do período não tiver atingido os objetivos previstos para a promoção ao ano seguinte disponibilizará de maior tempo para aprender, devendo o Conselho de Classe recomendar alternativas curriculares que melhor se adapte às características de cada aluno.

O aluno com menos de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no final do ciclo, será reclassificado, devendo para isto se submeter a uma avaliação com atividades que irão demonstrar seu grau de desenvolvimento e experiência e sua possível inscrição na série seguinte, como prevê a lei.

## RECUPERAÇÃO

A recuperação deverá ser uma intervenção no processo educativo, como nova oportunidade que leve o aluno ao desempenho esperado, através do reensino.

Os estudos de recuperação paralela serão obrigatórios, como conseqüência da avaliação contínua que garanta ao aluno a superação de suas dificuldades.

As atividades de recuperação de estudos se desenvolverão ao longo do processo ensino aprendizagem.

A recuperação de estudos será proporcionada mediante a ministração de aulas, atividades e/ou trabalhos, concomitante ou não de acordo com a especificidade da situação.

As atividades de recuperação de estudos se farão ao longo do processo ensino aprendizagem.

## CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

A escola deverá efetuar a classificação do aluno em qualquer ciclo, exceto no 1º ano do Ensino Fundamental, obedecendo aos critérios abaixo:

- I- por promoção – alunos que cursaram com aproveitamento o ano anterior na própria escola,
- II- por transferência - para candidatos oriundos de outras escolas do Brasil ou do exterior, considerando os componentes curriculares da Base Nacional Comum;
- III- por avaliação - independente da escolarização anterior, através de classificação feita pela Escola que permita definir o grau de desenvolvimento e experiências para sua inscrição na série adequada à sua idade.

A decisão quanto à classificação ou reclassificação se dará em consonância com o Conselho de Classe e dependerá de sua manifestação.

A classificação e reclassificação serão processadas por uma Comissão designada pela direção, formada por professores e especialistas da educação e presidida pelo diretor da escola.

A escola irá proporcionar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento compatível com sua idade.

A Escola irá incluir em sua proposta pedagógica programação capaz de oferecer condições aos alunos com atraso escolar superado.

O processo de classificação e reclassificação será registrado em ata e os documentos que fundamentarem o processo serão arquivados na pasta individual de cada aluno.

## ACELERAÇÃO DE ESTUDOS E AVANÇO ESCOLAR

A aceleração de estudos propiciará ao aluno com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente à sua idade.

O avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresenta nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo séries, períodos, ciclos ou etapas.

## PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A **ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS PINTO ALVES** promoverá regularmente sessões de estudo, que possibilitem a atualização e aperfeiçoamento do Pessoal Docente e Administrativo, utilizando para tanto, dias escolares a serem explicitados no calendário escolar.

A Escola estimulará a participação do pessoal docente e administrativo em cursos e outras atividades proporcionadas pelos órgãos do sistema.

## PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA E EXTERNA

Os alunos deverão ser avaliados ao longo do processo, com apresentação periódica de resultados, de modo a permitir, ao final de cada bimestre, a apreciação do seu desempenho pelo Conselho de classe.

Com base na avaliação realizada, ao longo de todas as etapas do ano, o Conselho de Classe deverá recomendar promoção ao ciclo seguinte para os alunos que tenham alcançado o nível de aprendizagem exigido.

O aluno que no final do ano não tiver atingido os objetivos previstos, disponibilizará de maior tempo para aprender, devendo o Conselho de Classe recomendar alternativas curriculares que melhor se adapte às características de cada aluno.

Os alunos também passam por avaliações externas a nível municipal (realizadas pelo Núcleo de Alfabetização e Letramento, projeto da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Santa) estadual, e federal.

Para conclusão do ano, o aluno deverá ter alcançado o nível de aprendizagem exigido e verificado através de discussão realizada pelo Conselho de Classe, com base em avaliações realizadas pelos professores, ao longo de todas as etapas.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Caso o aluno não consiga dominar as competências básicas necessárias para avançar à (ao) série (ano) seguinte, após ter sido submetido ao diferentes processos de aprendizagem, poderá ficar retido na série (ano) em que se encontra, obedecendo-se aos seguintes critérios:

- a) Registro de atividades que comprovem o desempenho do aluno, arquivadas em pasta individual;
- b) Relatório descritivo elaborado pelo professor/supervisor pedagógico/diretor e registro em livro de ata;

- c) Planejamento de estratégias pedagógicas para serem trabalhadas com o aluno no ano subsequente, dando-lhe oportunidade de reclassificação e de acordo com o seu desempenho (se for o caso).
- d) O início do ano letivo deverá ser voltado para uma revisão de conteúdos anteriores, objetivando melhor diagnóstico e adaptação do aluno;
- e) Em caso de alunos com NEE – Necessidades Educacionais Especiais, a retenção poderá acontecer em qualquer série sendo que a mesma deverá ser justificada com os itens já relacionados e elaboração do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) e adaptações curriculares.

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Elevar o desempenho escolar dos alunos;
- Melhorar as práticas pedagógicas da escola;
- Integrar: direção, professores, alunos e comunidade nas atividades da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este projeto político-pedagógico foi construído coletivamente e estará sempre em processo de aprimoramento. Se quisermos indivíduos críticos, autônomos, participativos, devemos orientar nossas teorias e ações educacionais pelo princípio da reflexividade, pois precisamos com urgência de políticas educacionais capazes de fazer parte da realidade e influenciá-la produtivamente, estando isto numa estreita relação com os projetos educacionais.

[...] o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a 'carteira de identidade' da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (EDLER, 2004, p. 156-157).

A Escola Municipal Messias Pinto Alves acredita que este documento possa direcionar as ações pedagógicas, focando em uma prática reflexiva constante, necessária para uma educação de qualidade, inovadora e para todos.

## BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 20/07/2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CHAMUSCA, Heitor. **Autonomia Escolar.** Gestão em Rede, Conselho Nacional de Secretários de Educação, Brasília, nº 71, pág. 08 e 09, agosto de 2006. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 30/07/2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 18/07/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 19/07/2010

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 30/07/2010.

EDLER, Carvalho Rosita. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 30/07/2010.

MENEZES, Luis Carlos de. **Para que serve a escola?** In: Pátio Revista Pedagógica, ano X, nº 39, Editora Artmed, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 30/07/2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 19/07/2010.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T.T. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução.** São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed. 2002, PP. 7-37.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 18/07/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 20/07/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 20/07/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 18/07/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em 18/07/2010.

## **ANEXOS**

## PLANOS DE AÇÃO

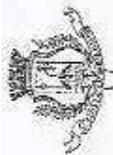
Início \_\_\_\_\_

Revisão \_\_\_\_\_ Término \_\_\_\_\_

ESTRATÉGIAS	METAS	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
- Sanar as dificuldades dos alunos para reduzir o número de retenção.	- Reduzir a taxa de retenção para 2%.	- Implantar sistema de recuperação paralela para os alunos com dificuldades.	- Professor regente/recuperador/supervisor	- Durante cada trimestre.
- Melhorar a qualidade da aprendizagem.	- Iniciar a alfabetização e letramento desde a educação infantil. - Sanar as dificuldades do ensino/aprendizagem em tempo real.	- Trabalhar de acordo com a proposta do projeto ALFALETRAR.  - Através do reforço escolar.	- Professores/núcleo de alfabetização.	- Durante todo o período.  - Durante todo o período.
- Inovar as atividades dos conteúdos de linguagem oral e escrita.	- Aumentar o nível de alfabetização e letramento dos educando.	- Realizar avaliação diagnóstica dos alunos nas séries iniciais. - Realizar reuniões para repasse do Núcleo de Alfabetização.	- Professor regente – Supervisão.  - Representante da escola no Núcleo.	. Durante cada trimestre.
- Garantir ao educando experiências lúdicas em que o brincar seja uma forma de expressar o pensamento interagir e comunicar.	- Despertar nos educandos o gosto e o prazer de estar na escola. - Reduzir a taxa de frequência.	- Proporcionar formas de aprendizagem mais desafiadoras, criativas e prazerosas.	- Professor regente/Supervisão.	- Durante todo o período.
- Oportunizar relações de parcerias de cooperação entre os discentes.	- Melhorar as relações interpessoais.	- Elaborar e concretizar propostas de trabalho de modo que cada um se sinta um membro importante e comprometido.	- Direção/Supervisão.	
- Desenvolver a postura reflexiva e atualizada dos educadores.	- Capacitar os profissionais em serviço.	- promover cursos, seminários, palestras, encontros.	- SEMED.	- Anua 21 e
- Analisar os resultados dos diagnósticos da aprendizagem dos	- Adotar nova metodologia de ensino.	- Adaptações curriculares.	- Equipe Pedagógica.	- Trimestralmente.

alunos.				
- Fomentar e implementar ações conjuntas com as famílias de baixo rendimento.	- criar hábitos, horários para estudos extra-classe.	- Realizar encontros mensais com os responsáveis.	- Pais e equipe pedagógica.	-Mensalmente
- Estimular os pais a acompanhar a vida escolar do seu filho.	- Ampliar envolvimento comunidade/ escola.	- Realizar encontros mensais com os responsáveis.	- Equipe pedagógica/ pais.	-Mensalmente
- Desenvolver o pensamento artístico do aluno.	- Ampliar a sensibilidade, a reflexão e a imaginação.	- Criação de projetos (teatro, auditórios, horas cívicas, eventos da escola).	- Equipe escolar e comunidade	- Conforme calendário.
- Promover a conscientização ambiental, na comunidade escolar.	-Reaproveitamento e reciclagem.	- Execução de projeto ambiental.	- SEMED/ escola/ Cimentos LIZ e SEMA	-Durante o ano de 2008.
- Eleger comissão de avaliação da implementação do PDE.	- Garantir o cumprimento das ações propostas no PDE	- Verificar através de estudos, análises, o alcance das metas e objetivos do PDE.	- Comissão do PDE.	- No decorrer do período de vigência.

# PLANO CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL



**Prefeitura Municipal de Lagoa Santa**  
**Secretaria Municipal de Educação**

**PLANO CURRICULAR - ENSINO FUNDAMENTAL**  
Vigência 2010

ÁREAS DO CONHECIMENTO	CICLO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR DE ALFABETIZAÇÃO						TOTAL HORAS			
	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		M/S	CHA		M/A	CHA	
	M/S	CHA	M/S	CHA	M/S	CHA	M/S	CHA	M/S	CHA						
LINGUA PORTUGUESA	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	133,20h	666,40h
CIÊNCIAS	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	66,40h	333,20h
GEOGRAFIA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	66,40h	333,20h
HISTÓRIA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	66,40h	333,20h
ARTES	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	33,20h	166,40h
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	66,40h	333,20h
MATEMÁTICA	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200	166,40h	833,20h
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	33,20h	166,40h
LITERATURA	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200	133,20h	666,40h
DESENHO GEOMÉTRICO	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	33,20h	166,40h
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>800,00h</b>	<b>4.000,00h</b>

**RESERVAÇÕES:** Devido ser incluído no currículo do Ensino Fundamental as seguintes disciplinas, conforme legislação que altera a Lei nº 5.694 de 20 de dezembro de 1969, desobedece a seguir: Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - "Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" Lei nº 10.411, publicada em 27/12/03 - "Estudo sobre o Uso de drogas e dependência química" Lei nº 9.796, publicada em 20/04/03 - "Estudo referente à Política Ambiental" Lei nº 11.625 / 07 de 25/12/2007 e Resoluções: RES Nº 1507 / 2009 - "Estudo do Fábulo de Chacal e do Adoramento" Lei 13.832 de 26/12/2000 - Programa de Higiene Bucal; Lei 11.769 de 16/08/2008 que institui a mudança, como conteúdo obrigatório da disciplina Arte.

**DURAÇÃO DO MÓDULO: 60'** DURAÇÃO DO MÓDULO AULA DE LITERATURA: 40'

**INDICADORES FIXOS**

**DIAS LETIVOS ANUAIS:** 200  
**SEMANAS LETIVAS ANUAIS:** 40 semanas  
**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 4000h

**ASSINATURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
  
 Lilia Alves de Rezende  
 Secretária Municipal de Educação

**ASSINATURA DO INSPECTOR**  
  
 Mônica Vilasfort Soares Silva  
 INSPECTORA ESCOLAR - RES. 1586  
 MASP 340.577-4

**SRE METROPOLITANA C**  
 Registrado e Arquivado  
 Em: 01/09/2010  
 Responsável:   
 Lilia  
 Assistente Técnica Educacional  
 Direção Regional Pedagógica  
 SRE - Metropolitana C.



